



Departamento do Agronegócio

AgroLegis

Estadual

Acompanhamento de
Legislações

02 de abril de 2012
Edição 67

Documento Interno

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Presidente: **Paulo Skaf**

Departamento do Agronegócio

Diretor Titular: **Benedito da Silva Ferreira**

Diretores:

Divisão de Insumos: **Mario Sergio Cutait**

Divisão de Produção Vegetal e Bovinos: **Cesário Ramalho da Silva**

Divisão de Produtos de Origem Vegetal: **Laodse Denis de Abreu Duarte**

Divisão de Produtos de Origem Animal: **Francisco Turra**

Divisão de Cafés, Confeitos, Trigo e Panificação: **Nathan Herszkowicz**

Divisão de Comércio Exterior: **André Nassar**

Gerente: **Antonio Carlos Costa**

Equipe Técnica:

Anderson dos Santos

Fernando dos Santos Macêdo

Lhais Sparvoli Cardoso da Silva

Apoio Institucional: **Alexandrina Mori** – Relações Institucionais e Governamentais

Apoio: **Maria de Lourdes Rillo**

Índice:

Embalagem

PROJETO DE LEI Nº 185, DE 2012_____01

Dispõe sobre a proibição do uso de caixas de papelão usadas para embalar compras em estabelecimentos de varejo, supermercados e congêneres no Estado de São Paulo.

PROJETO DE LEI Nº 799, DE 2007_____03

Torna obrigatória a impressão do quadro de vacinas infantis obrigatórias nas embalagens de leite.

Descarte de material reciclável

PROJETO DE LEI Nº 1.094, DE 2011_____06

Cria o Rótulo Descarte Padrão e o serviço de informação sobre pontos de descarte de materiais recicláveis e dá outras providências.

Alimentação animal

PROJETO DE LEI Nº 1.060, DE 2011_____09

Fica proibida no Estado de São Paulo a produção, a comercialização e a utilização de produtos destinados à alimentação de ruminantes que contenham em sua composição proteínas e gorduras de origem animal e dá outras providências.

Rotulagem

PROJETO DE LEI Nº 574, DE 2011_____12

Dispõe sobre a rotulagem e informação dos alimentos com altos teores de açúcar, sódio e gorduras trans e saturadas comercializados no Estado.

PROJETO DE LEI Nº 185, DE 2012

José Bittencourt

Dispõe sobre a proibição do uso de caixas de papelão usadas para embalar compras em estabelecimentos de varejo, supermercados e congêneres no Estado de São Paulo.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Fica expressamente proibida no âmbito do Estado de São Paulo a utilização de caixas de papelão usadas para embalar compras em mercados, mercearias, quitandas, supermercados, hipermercados e congêneres, açougues, bares, restaurantes, padarias e todo e qualquer estabelecimento comercial.

Artigo 2º - A empresa que violar ou, de qualquer forma, concorrer para violação do disposto nesta lei estará sujeita a advertência, multa de 1000 (mil) UFESP ou outro índice oficial que vier a substituí-la, suspensão da atividade por 5 (cinco) dias de fechamento definitivo, conforme as reincidências, a serem regulamentadas pelo órgão competente no prazo de 60 (sessenta) dias da data de sua publicação.

Parágrafo Único – compete aos órgãos municipais de fiscalização e de vigilância sanitária, separada e/ou conjuntamente, a fiscalização dos cumprimentos desta norma, aplicando as sanções previstas neste ordenamento jurídico, sem prejuízo daquelas previstas na Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

Tem se tornado prática corrente o fornecimento “gratuito” por parte de estabelecimentos comerciais de caixas de papelão já utilizadas originalmente para seus clientes transportarem suas compras. O que aparentemente pode parecer, a primeira vista, preocupação com o meio ambiente, na verdade é mais uma estratégia daqueles estabelecimentos em se livrar do encargo e da responsabilidade de dar destinação adequada àquelas caixas.

O que ocorre, entretanto com a utilização destas caixas de papelão já usadas, é um elevado risco à saúde pública, pois estudos científicos mostram que, com relação a contaminação por bactérias, as caixas de papelão apresentam maior quantidade de bactérias quando comparadas com outras possibilidades de transporte de mercadorias, como por exemplo as sacolas plásticas e com as chamadas ecobags (sacolas de pano).

Nas caixas de papelão, foi verificado que 80% das amostras apresentam coliformes totais, 62% das amostras apresentam coliformes fecais e 56% *Escherichia coli*, além de fungos, bolores e leveduras.

As caixas de papelão revelam ainda elevada carga microbiana quando por exemplo, comparadas às sacolas plásticas (cerca de 8x mais bactérias e 12 x mais para fungos), além da presença de bactérias do grupo coliforme e inclusive *Escherichia coli*. Estas contaminações podem ser oriundas da própria matéria prima dessas caixas, mas também das condições de armazenamento quando ainda com seus produtos originais ou até mesmo do armazenamento nos estoques para seu reaproveitamento. As caixas são, em alguns casos, verdadeiros berços de insetos de todo tipo.

Some-se ainda às bactérias, fungos, carga microbiana, insetos etc., a possibilidade do contrato de produtos de limpeza armazenados nas caixas de papelão com os alimentos adquiridos e transportados pelo consumidor nas mesmas caixas “gratuitamente” fornecidas pelos estabelecimentos.

Além da séria questão de saúde envolvida na utilização de caixas de papelão, outro ponto relevante é o fato de que os estabelecimentos comerciais são responsáveis pelo gerenciamento e destinação adequada dos

resíduos sólidos gerados pelas suas atividades, e fornecimento para os consumidores as caixas de papelão para serem reutilizados, os supermercados estão repassando diretamente para o consumidor tal responsabilidade, livrando-se do referido encargo.

Por estas razões é que venho contar com o apoio de meus pares a esta importante questão de saúde pública.

Sala das Sessões, em 27/3/2012

José Bittencourt - PSD

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Assembleia Legislativa de São Paulo (página de pesquisa):

http://www.al.sp.gov.br/spl_consultas/consultaDetalhesProposicao.do#inicio

Ementa - Dispõe sobre a proibição do uso de caixas de papelão usadas para embalar compras em estabelecimentos de varejo, supermercados e congêneres no Estado.

Regime - Tramitação Ordinária

Indexação - CAIXAS DE PAPELÃO USADAS, COLIFORMES FECAIS, COMPRA, CONGÊNERES, CONTAMINAÇÃO, EMBALAGEM, PROIBIÇÃO, RISCO, SAÚDE PÚBLICA, SUPERMERCADOS.

Tramitação:

29/03/2012 - Publicado no Diário da Assembleia, página 21 em 29/03/2012

PROJETO DE LEI Nº 799, DE 2007

Luis Carlos Gondim

Torna obrigatória a impressão do quadro de vacinas infantis obrigatórias nas embalagens de leite.

Artigo 1º - O quadro de vacinas infantis obrigatórias determinadas pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria de Estado da Saúde, deverá ser impresso nas embalagens de leite dos tipos C, B e Longa Vida.

Artigo 2º - Para o cumprimento do disposto no artigo anterior pelas empresas responsáveis na confecção de embalagens, a Secretaria Estadual de Saúde fornecerá o quadro atualizado do calendário de vacinas vigentes no Estado de São Paulo.

Artigo 3º - Caberá ao órgão próprio do Governo Estadual a fiscalização das embalagens e leite, recolhendo aquelas que estiverem em desacordo com a presente lei.

Parágrafo único - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de noventa (90) dias a partir de sua publicação.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

A vacinação é obrigatória e gratuita. Apesar desta premissa, muitos pais deixam de vacinar seus filhos.

É inadmissível que ainda existam nos dias de hoje doenças que já poderiam ter sido erradicadas do País.

No entanto, ainda existem casos de paralisia infantil, poliomielite, varíola, etc, pelo fato de as crianças não terem sido vacinadas.

O projeto de lei em questão visa a alertar a população da importância e da obrigatoriedade das vacinas. Centenas de campanhas educativas na área da Saúde são feitas por ano em todo o País, a fim de difundir a importância da vacinação infantil. Todos nós sabemos o quanto são úteis e necessárias as vacinas para a preservação da saúde e como forma de erradicação de doenças, sobretudo as que abrangem as grandes massas populares, especialmente as crianças. Nosso objetivo é levar à população informações relevantes na prevenção de enfermidades que surgem principalmente na infância.

Um direito constitucional à preservação da saúde é obrigação do Estado e nada mais justo que facilitar ao máximo à população, informações acerca dos temas que diretamente lhe dizem respeito.

Aproximadamente 15 vacinas são consideradas pelo Ministério da Saúde como fundamentais no processo de desenvolvimento e crescimento da criança e devem ser aplicadas de zero a seis anos. Para a Poliomielite existem dois tipos de vacina: vacina inativada (IPV – também conhecida como Salk) e a vacina oral (OPV – também chamada de Sabin), ambas são utilizadas no Brasil desde 1962.

Segundo a recomendação oficial da Academia Americana de Pediatria e da Sociedade Brasileira de Pediatria, a vacinação contra Hepatite B deve ser iniciada logo após o nascimento.

Já a vacina contra Hepatite A foi desenvolvida a partir do vírus inativado (morto) e confere proteção em praticamente 100% dos indivíduos vacinados. É indicada para crianças a partir de um ano de vida.

A vacina contra Tuberculose surgiu no ano de 1920, em Paris, sendo chamada de BCG, foi utilizada pela primeira vez sob a forma oral, mas, atualmente é aplicada por via intradérmica no braço direito.

A vacina contra Varicela (catapora) foi desenvolvida a partir do enfraquecimento (atenuação) do vírus, que propicia o desenvolvimento de imunidade sem causar doença e pode ser aplicada em crianças a partir de um ano de idade, em dose única preferencialmente no braço.

O Haemophilus Influenza tipo B era um dos principais agentes causadores de Meningites antes da introdução da vacina no calendário de diversos países. A vacina deve ser aplicada a partir de dois meses de idade e pode ser aplicada em conjunto com outras vacinas como: Pólio, Tríplice e Hepatite B (na mesma

seringa). Há ainda as vacinas: Anti-Meningocócica C Conjugada, Anti-Pneumocócica, Anti-Haemophilus e contra Meningite Bacteriana - Meningocócica do tipo C.

O Pneumococo é uma bactéria causadora de várias doenças graves em crianças, especialmente nas menores de dois anos de idade: Pneumonias, Meningites, Septicemias, Sinusites e Otites. A tríplice DTP é uma vacina que protege contra as seguintes doenças: Difteria, Coqueluche e Tétano e deve ser aplicada a partir dos dois meses de idade. Na tentativa de diminuir os efeitos colaterais às vezes causados por ela, criou-se a Tríplice DPdT. Já a Tríplice Viral (SCR) é um composto contra o Sarampo, Caxumba e Rubéola. Combina os três vírus vivos que atenuados são capazes de induzir a imunidade na pessoa que a recebe, sem desenvolver doença.

O projeto de lei em questão visa a alertar a população da importância e da obrigatoriedade das vacinas. Centenas de campanhas educativas na área da Saúde são feitas por ano em todo o País, a fim de difundir a importância da vacinação infantil. Todos nós sabemos o quanto são úteis e necessárias as vacinas para a preservação da saúde e como forma de erradicação de doenças, sobretudo as que abrangem as grandes massas populares, especialmente as crianças.

Nosso objetivo é levar à população informações relevantes na prevenção de enfermidades que surgem principalmente na infância.

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Assembleia Legislativa de São Paulo (página de pesquisa):

<http://www.al.sp.gov.br/porta/site/Internet/menuitem.3e136e51dbed8e7df874a8b8f20041ca/?vgnextoid=edf5230a03a67110VgnVCM100000590014acRCRD>

Ementa: Torna obrigatória a impressão nas embalagens de leite do quadro de vacinas infantis obrigatórias .

Regime: Tramitação Ordinária

Indexação: CRIANÇA, EMBALAGEM, LEITE, OBRIGATORIEDADE, VACINAÇÃO

Tramitação:

16/08/2007 - Publicado no Diário da Assembléia, página 28 em 16/08/2007

17/08/2007 - Pauta de 1ª sessão.

20/08/2007 - Pauta de 2ª sessão.

21/08/2007 - Pauta de 3ª sessão.

22/08/2007 - Pauta de 4ª sessão.

23/08/2007 - Pauta de 5ª sessão.

24/08/2007 - Distribuído: CCJ - Comissão de Constituição e Justiça. CSH - Comissão de Saúde e Higiene.

27/08/2007 - Entrada na Comissão de Constituição e Justiça

20/09/2007 - Distribuído a Deputada Ana Perugini

17/10/2007 - Comissão - Devolvido ao Secretário de Comissoes

07/11/2007 - Concedida vista ao Deputado Davi Zaia

22/11/2007 - Devolvido da vista

19/12/2007 - Aprovado o parecer da Deputada Ana Perugini, favorável

19/12/2007 - Recebido com parecer do relator Ana Perugini favorável, pela Comissão de Constituição e Justiça

21/12/2007 - Entrada na Comissão de Saúde e Higiene

- 12/02/2008** - Distribuído a Deputada Analice Fernandes
- 12/03/2008** - Comissão - Devolvido ao Secretário de Comissões
- 01/04/2008** - Aprovado o parecer da Deputada Analice Fernandes, favorável
- 05/04/2008** - Publicados: Parecer nº 1069/08, da CCJ-favorável à proposição e Parecer nº 1070/08, da CSH- favorável à proposição. (DA p. 11)
- 05/04/2008** - Pronto Para A Ordem Do Dia
- 10/04/2008** - Recebido com parecer do relator Analice Fernandes favorável, pela Comissão de Saúde e Higiene
- 11/04/2008** - Publicado despacho: junte-se o PL nº 799/07 ao PL nº 148/01, ao qual encontra-se anexo o PL nº 418/04, nos termos do artigo 179, parágrafo único da XIII CRI. (DA p.18)
- 11/04/2008** - Anexado ao Projeto de lei 0148/2001
- 27/10/2011** - Publicado despacho: desentranhe-se, para tramitação autônoma, o PI nº 799/07, anexo ao PI nº 418/04, do PI nº 148/01. (DA p. 34)
- 17/11/2011** - Desentranhado
- 28/03/2012** - Anexado ao Projeto de lei 0418/2004

PROJETO DE LEI Nº 1.094, DE 2011

Beto Tricoli, Célia Leão

Cria o Rótulo Descarte Padrão e o serviço de informação sobre pontos de descarte de materiais recicláveis e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Os fabricantes, importadores e respectivos elos da cadeia produtiva de bens físicos, produtos sob qualquer forma, designação ou natureza, comercializados ou colocados à disposição do consumidor no Estado de São Paulo, deverão veicular de forma expressa e inequívoca, em todas as embalagens, materiais impressos, comunicação em todos os meios de veiculação, um Rótulo Descarte Padrão que indica ao consumidor, onde e como fazer o descarte adequado dos resíduos sólidos provenientes do acondicionamento e/ou ao final do ciclo de consumo, e contemple, no mínimo, os parâmetros definidos nesta lei.

Artigo 2º - Este Rótulo deverá direcionar o consumidor a banco de dados com cobertura nacional atualizada, disponibilizado na internet, possibilitando fácil gerenciamento da logística reversa, bem como atendimento pelos SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor de cada empresa, feitos por intermédio de telefone, proporcionando amplo acesso por parte do consumidor.

I – os dados dos pontos de descarte de cada tipo de material reciclável deverão conter: nome do estabelecimento, endereço/logradouro completo, CEP, Cidade, Estado, e endereço de correio eletrônico.

II – a listagem que perfaz o cadastro dos pontos de descarte é de responsabilidade exclusiva de cada fabricante, importador ou demais elos da cadeia produtiva da marca comercializada

III – o serviço de informação dos pontos de descarte deve ser 100% gratuito à população

IV – o uso de tecnologias e codificações para mobilidade (celulares, tablets, entre outros) deve ser incorporada ao Rótulo Descarte Padrão de modo a facilitar a rápida identificação dos pontos de descarte

V – o serviço de informação dos pontos de descarte deverá estar disponibilizado na internet, inclusive com mapa de apontamento do local, podendo ser próprio ou prestado por fornecedores especializados

§ 1º – Caso o contato telefônico via SAC usar secretárias eletrônicas ou similares, ou ainda, contato via Correio Eletrônico, a comunicação personalizada ao consumidor, em retorno, deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 2º – Durante uma eventual ou necessária espera ao telefone, não serão apresentadas ao consumidor, através de gravação ou qualquer outro meio, mensagens de caráter publicitário.

Parágrafo único – A possibilidade do uso de correio eletrônico não retira a obrigação de o atendimento também tornar-se disponível para o consumidor por meio telefônico.

Artigo 3º - Qualquer descumprimento desta lei poderá ensejar ao consumidor a devida reclamação aos órgãos de proteção ao consumidor, em ação no Estado de São Paulo, sendo que, nessa hipótese, será aplicável pela fiscalização da Secretaria de Justiça à empresa infratora, através de sua representação no território paulista, uma multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para cada situação irregular.

§ 1º – A multa poderá ser aplicada concomitantemente com a estipulação de um prazo para o saneamento da irregularidade, sendo possível a aplicação de mais multas iguais, caso a regularização não ocorra.

§ 2º – As multas arrecadadas serão levadas a crédito do Fundo Estatal de Proteção ao Consumidor.

Artigo 4º - O disposto nesta lei não prejudica a aplicação de demais sanções previstas em outras disposições legais, no que for pertinente, em especial no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1.900).

Artigo 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

A sociedade não quer continuar dispondo dos resíduos pós consumo (lixo inorgânico), de forma equivocada e anti-ambiental. O auto-sentimento de culpa e negligência gerado diariamente nas famílias, está atingindo níveis preocupantes.

Desde meados dos anos 1990, muitas escolas ao longo do país, em especial no Estado de São Paulo, iniciou a educação ambiental desde os primeiros anos de formação escolar. Isso fez com que crianças a partir de 4 anos de idade passaram a levar para dentro dos lares, o conceito de separação seletiva do lixo doméstico. Pelo menos ao nível de orgânicos separados dos inorgânicos. Lembremos que a Educação, como base fundamental da evolução, cidadania e democracia, é o principal eixo motor da sociedade na direção do progresso e do desenvolvimento. E, mais uma vez, é através dos braços da Educação que novo padrão de comportamento se esta estabelecendo agora no tema do meio ambiente e da sustentabilidade.

Muitas cidades paulistas pioneiras no estabelecimento do sistema de coleta seletiva, amplificaram a ressonância desse novo comportamento. Essas cidades apresentam hoje, o sucesso dessas iniciativas.

Lembremos que há 20 anos, já tramitava no Congresso Nacional, projetos de lei estabelecendo uma política de resíduos sólidos, cuja aprovação e regulamentação ocorreram em Ago e Dez/2010, gerando a atual Lei Nacional dos Resíduos Sólidos.

Aqui no Estado de São Paulo, muito antes da Lei Nacional, em 2006, a Assembléia elaborou e aprovou a Lei 12.300 estabelecendo uma das mais modernas legislações em todo o mundo sobre a questão do lixo, poluição, resíduos sólidos e manejo pós - consumo.

Acrescente-se aos conclames legais já debatidos e contidos no Código de Defesa do Consumidor, na Lei que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental, na Carta Magna através do seu artigo 5º, onde é determinado que o acesso à informação é um direito fundamental garantido pela Constituição, é chegada a hora de estabelecer um novo marco na direção de cumprir o desejo da sociedade e o que estabelece este conjunto de Leis – a criação de um orientando o consumidor a descartar corretamente todos os resíduos sólidos provenientes do pós consumo.

Esse Rótulo Descarte Padrão é a melhor resposta à um anseio social de alta relevância. Organiza a sociedade inteira – desde os fornecedores e intermediários, e principalmente, o consumidor.

Desta forma, bastará uma simples verificação nas embalagens ou impressos dos produtos, e o consumidor rapidamente poderá identificar o serviço de informação sobre os pontos de descarte de cada material reciclável que disporá diariamente.

Ganha o Consumidor, que praticará o que é certo, descartando lixo-rico de forma correta. Ganha o Catador-Reciclador que é remunerado por um serviço digno e fundamental. Ganha o Meio Ambiente que será minimamente impactado pela deterioração e contaminação da biodiversidade local. Ganha o País com a criação de uma nova indústria – a indústria da reciclagem, que necessita de fluxo contínuo de suprimento de “matérias primas”, hoje desperdiçadas em aterros e lixões, o que poderá gerar riqueza, empregos verdes, além da lição de cidadania e organização. Ganha o Planeta, que efetivamente passará a perpetuar os recursos disponíveis.

Tudo isso com a implementação de um novo símbolo – o Rótulo Descarte Padrão do serviço de informação sobre os pontos de descarte de cada tipo de material reciclável, a ser exposto em todas as formas de comunicação do produto com seu consumidor.

Assim, o presente Projeto de Lei deste Legislativo pretende inovar nessa matéria, estabelecendo regras simples e objetivas, que deverão ser obedecidas por todos envolvidos na geração de resíduos sólidos no Estado de São Paulo, além de estabelecer uma pena pecuária para os infratores.

Sala das Sessões, em 22/11/2011

Beto Tricoli – PV

Célia Leão – PSDB

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Assembleia Legislativa de São Paulo (página de pesquisa):

http://www.al.sp.gov.br/spl_consultas/consultaDetalhesProposicao.do#inicio

Ementa - Cria o "Rótulo Descarte Padrão" e o serviço de informação sobre pontos de descarte de materiais recicláveis.

Regime - Tramitação Ordinária

Indexação - CRIAÇÃO, DESCARTE, INFORMAÇÃO, LEI ESTADUAL 12300/2006, LIXO INORGÂNICO, PONTOS DE DESCARTE, RÓTULO DESCARTE PADRÃO.

Tramitação:

24/11/2011 - Publicado no Diário da Assembleia, página 21 em 24/11/2011

25/11/2011 - Pauta de 1ª sessão.

28/11/2011 - Pauta de 2ª sessão.

29/11/2011 - Pauta de 3ª sessão.

30/11/2011 - Pauta de 4ª sessão.

01/12/2011 - Pauta de 5ª sessão.

05/12/2011 - Distribuído: CCJR - Comissão de Constituição Justiça e Redação. CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

06/12/2011 - Entrada na Comissão de Constituição Justiça e Redação

09/12/2011 - Distribuído ao Deputado Fernando Capez

20/03/2012 - Recebido do relator, Deputado Fernando Capez, pela Comissão de Constituição Justiça e Redação, com voto favorável

26/03/2012 - Recebido do relator, Deputado Fernando Capez, pela Comissão de Constituição Justiça e Redação, com voto favorável ao projeto com emenda

28/03/2012 - Aprovado como parecer o voto do Deputado Fernando Capez, favorável ao projeto com emenda

PROJETO DE LEI Nº 1.060, DE 2011

Roberto Massafera

Fica proibida no Estado de São Paulo a produção, a comercialização e a utilização de produtos destinados à alimentação de ruminantes que contenham em sua composição proteínas e gorduras de origem animal e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Fica proibida em todo o Estado de São Paulo a produção, a comercialização e a utilização de produtos destinados à alimentação de ruminantes que contenham em sua composição proteínas e gorduras de origem animal.

Parágrafo único – Incluem-se nesta proibição a cama de aviário, os resíduos da criação de suínos, como também qualquer produto que contenha proteínas e gorduras de origem animal.

Artigo 2º - Excluem-se da proibição de que trata o artigo anterior, o leite e os produtos lácteos, a farinha de ossos calcinados, sem proteínas e gorduras, a gelatina e o colágeno preparados exclusivamente a partir de couros e peles.

Parágrafo único – A critério da Coordenadoria de Defesa Agropecuária, integrante da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, mediante análise de risco, poderão ser excluídos outros produtos e insumos.

Artigo 3º - Os rótulos e as etiquetas dos produtos destinados à alimentação de não ruminantes, que contenham qualquer fonte de proteínas e gorduras de origem animal, exceto os produtos mencionados no artigo 2º desta lei, deverão conter no painel principal e em destaque, a seguinte expressão: “Uso proibido na alimentação de ruminantes.”

Artigo 4º - Os produtos destinados à alimentação de ruminantes estão sujeitos a análises de fiscalização para a identificação dos ingredientes utilizados como fonte de proteína.

Parágrafo único – Comprovada a utilização da cama de frango como alimento para os ruminantes, os animais deverão ser abatidos pelas autoridades de defesa sanitária.

Artigo 5º - Os resíduos orgânicos resultantes das criações animais, como a cama de frango devem ser, preferencialmente, reutilizados na propriedade como adubos orgânicos ou receber tratamento adequado.

Artigo 6º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Artigo 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Artigo 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

A cama de frango é um subproduto da produção avícola, é uma espécie de “tapete” que forra o chão das granjas evitando o contato direto das aves com o mesmo. É feita de serragem, palha ou cascas de grãos como arroz e o café. Tal cobertura, com o tempo, acumula restos da ração não aproveitada pelas aves, fezes e restos de penas.

Há, também, na ração dos frangos, farinha de carne e, aproximadamente 30% da ração ingerida é eliminada pelas fezes dos animais sem ser digerida.

Após a retirada e o abate das aves a cama recebe duas destinações. A primeira como adubo em culturas agrícolas, o que é aceito pelas autoridades sanitárias, uma vez que possui vários nutrientes, como

nitrogênio, fósforo e potássio em quantidades interessantes e úteis às culturas e que podem ser prontamente disponibilizados para as plantas. O fornecimento de tais nutrientes melhora a estrutura do solo, visto que tem matéria orgânica que o adubo químico não tem, além de diminuir o custo da produção. No entanto, muitos produtores dão outra destinação, isto é, ainda utilizam a cama de frango como complemento alimentar do gado bovino, o que é um risco para a saúde humana, pois contém elementos oriundos do descarte destes animais, gerando risco da transmissão de encefalopatia espongiforme bovina, conhecida como o “mal da vaca louca”, além do botulismo e outras doenças. E não é só isso, a cama de frango pode trazer resíduos de antibióticos, hormônios, inseticidas utilizados na produção avícola, como também, a presença de bactérias, arames e pregos, de onde se conclui de que é totalmente inadequada como complemento alimentar.

Sabe-se que a sua utilização tem reflexos de ordem econômica, na medida em que o custo por cabeça de gado diário com farelo de trigo, milho e soja é de R\$ 3,00 (três reais) e com a cama de frango cai para R\$ 1,00 (um real), assim muitos produtores a utilizam como complemento alimentar, como já mencionado anteriormente, o que é um absurdo, pois estão colocando o fator econômico à frente da qualidade do alimento e das questões de saúde pública, importantíssimos para a preservação da vida do ser humano.

Diante disto é que muitos pesquisadores e técnicos já sinalizaram para uma destinação legal, segura e correta do emprego da cama de frango, ou seja, adubação de pastagens, visto que o material, como já mencionado, apresenta nutrientes que podem ser incorporados ao solo, apresentando ótimos resultados como fertilizantes, e acabam por promover o incremento na produtividade das lavouras com redução de custo de produção, cujos efeitos positivos proporcionam melhorias de capacidade de armazenamento de água no solo, pois as plantas adubadas com adubo orgânico resistem mais ao veranico, porém, o uso da referida cama como adubo, para que seja realmente seguro deve passar pela técnica da compostagem, que é um processo de fermentação do esterco, que acontece quando este material é amontoado em local sombreado e mantido adequadamente umedecido e arejado, a fim de que aconteça a transformação deste resíduo em um adubo orgânico homogêneo, rico em nutrientes disponíveis para as plantas, pois o seu emprego de forma errônea é prejudicial ao meio ambiente.

Outro ponto a ser destacado é que atualmente 60% dos produtos na fabricação de adubos são importados, desta forma, o uso da cama de frango como adubo orgânico reduzirá a dependência da importação de fertilizantes, refletindo positivamente no contexto de mercado.

Pelo exposto, não restam dúvidas de que o combate do uso da cama de frango como alimento de bovinos se tornou uma estratégia para se evitar a doença no país, já que na ração de aves existem componentes protéicos de origem animal que podem ser fonte de contaminação de rebanhos, logo a sua proibição, nos moldes ora propostos pelo presente projeto de lei, é uma medida preventiva de suma importância para evitar os riscos potenciais de disseminação da “doença da vaca louca”, bem como de outras doenças graves.

Por último, é de bom alvitre ressaltar que além do risco à saúde há, ainda, o risco comercial que a prática do uso da cama de frango submete o Estado, em virtude de que alguns países como Estados Unidos e a própria União Européia proíbem a importação de carne derivada de fazenda que alimenta o seu rebanho com a referida cama.

Isto posto, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação desta propositura.

Sala das Sessões, em 8/11/2011

a) Roberto Massafera - PSDB

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Assembléia Legislativa de São Paulo (página de pesquisa):

http://www.al.sp.gov.br/spl_consultas/consultaDetalhesProposicao.do#

Ementa - Proíbe a produção, a comercialização e a utilização de produtos destinados à alimentação de ruminantes que contenham em sua composição proteínas e gorduras de origem animal.

Regime - Tramitação Ordinária

Indexação – ADUBO ORGÂNICO, ALIMENTAÇÃO, GORDURA ANIMAL, PRODUÇÃO, PROIBIÇÃO, RUMINANTE, UTILIZAÇÃO

Tramitação:

10/11/2011 - Publicado no Diário da Assembleia, página 24 em 10/11/2011

11/11/2011 - Pauta de 1ª sessão.

16/11/2011 - Pauta de 2ª sessão.

17/11/2011 - Pauta de 3ª sessão.

18/11/2011 - Pauta de 4ª sessão.

21/11/2011 - Pauta de 5ª sessão.

23/11/2011 - Distribuído: CCJR - Comissão de Constituição Justiça e Redação. CAE - Comissão de Atividades Econômicas. CFOP - Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento.

25/11/2011 - Entrada na Comissão de Constituição Justiça e Redação

09/12/2011 - Distribuído ao Deputado Cauê Macris

09/03/2012 - Recebido do relator, Deputado Cauê Macris, pela Comissão de Constituição Justiça e Redação, com voto favorável

28/03/2012 - Aprovado como parecer o voto do Deputado Cauê Macris, favorável

PROJETO DE LEI Nº 574, DE 2011

Dep. Edmir Chedid - DEM

Dispõe sobre a rotulagem e informação dos alimentos com altos teores de açúcar, sódio e gorduras trans e saturadas comercializados no Estado.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Na comercialização de alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio, e de bebidas com baixo teor nutricional, comercializados no Estado de São Paulo, é obrigatória a presença de informação adequada, ostensiva, correta, clara, precisa e em língua portuguesa para os consumidores sobre os perigos do consumo excessivo desses nutrientes.

§1º - A informação de que trata o caput deste artigo deverá constar, preferencialmente, nas embalagens que protegem diretamente o produto a ser ingerido.

§2º - Quando as dimensões das embalagens referidas no §1º deste artigo o recomendarem, poderá o fornecedor fazer constar a informação de que trata esta lei em qualquer outro envoltório em que estejam contidos, ou qualquer outro meio que atinja a mesma finalidade.

§3º - A informação realizada na propaganda/publicidade comercial do produto, nos termos do caput deste artigo, dispensa o cumprimento do dispostos nos parágrafos anteriores.

§4º - O disposto no artigo 1º se aplica às amostras grátis de alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio, e de bebidas com baixo teor nutricional, bem como em cupons de desconto para a promoção desses alimentos.

Artigo 2º - Para os efeitos desta lei, considera-se:

I – PROPAGANDA / PUBLICIDADE, o conjunto de técnicas e atividades de informação e persuasão com o objetivo de divulgar conhecimentos, tornar mais conhecido e/ou prestigiado determinado produto ou marca, visando a exercer influência sobre o público por meio de ações que objetivem promover e/ou induzir a prescrição, a aquisição, a utilização e o consumo de alimentos;

II – ALIMENTO, toda substância que se ingere no estado natural, semi-elaborada ou elaborada, destinada ao consumo humano, incluídas as bebidas e qualquer outra substância utilizada em sua elaboração, preparo ou tratamento, excluídos os cosméticos, o tabaco e as substâncias utilizadas unicamente como medicamentos;

III - ALIMENTO COM QUANTIDADE ELEVADA DE AÇÚCAR, aquele que possui em sua composição uma quantidade igual ou superior a 15 g de açúcar por 100 g ou 7,5 g por 100 ml na forma como está exposto à venda;

IV - ALIMENTO COM QUANTIDADE ELEVADA DE GORDURA SATURADA, aquele que possui em sua composição uma quantidade igual ou superior a 5 g de gordura saturada por 100 g ou 2,5 g por 100 ml na forma como está à venda;

V - ALIMENTO COM QUANTIDADE ELEVADA DE GORDURA TRANS, aquele que possui em sua composição uma quantidade igual ou superior a 0,6 g para 100 g ou 100 ml na forma como está exposto à venda;

VI - ALIMENTO COM QUANTIDADE ELEVADA DE SÓDIO, aquele que possui em sua composição uma quantidade igual ou superior a 400 mg de sódio por 100 g ou 100 ml na forma como está exposto à venda;

VII – EMBALAGEM, o recipiente, o pacote ou o envoltório destinado a garantir conservação ou facilitar o transporte e o manuseio de produtos;

VIII – FORNECEDOR, toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

Artigo 3º - O disposto nesta lei não se aplica:

I - aos aditivos alimentares e aos coadjuvantes de tecnologias;

II - às frutas, verduras e legumes (hortaliças);

III - aos sucos de frutas;

IV - às nozes, castanhas e sementes;

V – às carnes e pescados in natura, refrigerados e congelados;

VI - aos leites e derivados;

VII – às leguminosas;

VIII - aos azeites, óleos vegetais e óleos de peixes;

Parágrafo único - A exceção de que trata este artigo é válida desde que o teor de sódio, açúcar, gordura saturada e gordura trans sejam intrínsecos ao alimento.

Artigo 4º - As embalagens dos produtos referidos no caput do artigo 1º não poderão conter indicações, designações, denominações, símbolos, figuras ou desenhos que possibilitem interpretação falsa, erro e confusão quanto à origem, à procedência, a natureza, a qualidade, a composição ou que atribuam características nutritivas superiores àquelas que realmente possuem.

Artigo 5º - As informações exigidas por esta lei devem ser apresentadas em cores que contrastem com o fundo do anúncio, estar dispostas no sentido predominante da leitura da peça publicitária e permitir a sua imediata visualização, guardando entre si as devidas proporções de distância, indispensáveis à legibilidade e destaque.

Artigo 6º - O descumprimento desta lei, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação em vigor, sujeita o infrator também às seguintes:

I – multa de 200 (duzentas) UFESP's por cada ocorrência, dobrando-se sucessivamente em caso de reincidência;

II – apreensão do produto, na hipótese de não regularização dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação, nos termos do artigo 5º desta lei;

III - suspensão da inscrição estadual, pelo prazo de 1 (um) ano, após 2 (duas) reincidências;

IV – cassação da inscrição estadual, no caso de 4 (quatro) ou mais reincidências, consecutivas ou não.

§1º - Para os efeitos do disposto neste artigo, considera-se ocorrência:

I - a reclamação do consumidor ou interessado perante o estabelecimento que comercializa o produto;

II – a lavratura de auto de infração pelo agente competente;

III – a comunicação da infração realizada diretamente ao PROCON, à autoridade policial ou à Promotoria do Consumidor do Ministério Público do Estado de São Paulo.

§2º - Na hipótese prevista no inciso I do caput deste artigo, a aplicação da penalidade dependerá da comunicação prevista no inciso III, mas a contagem do prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo terá início com a notificação do consumidor.

Artigo 6º - Os valores arrecadados pela aplicação desta lei serão revertidos à Secretaria da Saúde.

Artigo 7º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Artigo 8º - Esta lei entra em vigor no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar de sua publicação.

Justificativa:

A ANVISA editou, em 15 de junho de 2010, a Resolução nº 24, disciplinando a oferta, a propaganda, a publicidade, a informação e outras práticas correlatas, cujo objetivo seja a divulgação e a promoção

comercial de alimentos considerados com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio, e de bebidas com baixo teor nutricional.

O objetivo da ANVISA, claramente exposto no artigo 2º da referida Resolução, é assegurar informações indisponíveis à preservação da saúde de todos aqueles expostos à oferta, propaganda, publicidade, informação e outras práticas correlatas cujo objetivo seja a divulgação e a promoção comercial dos alimentos citados no art. 1º com vistas a coibir práticas excessivas que levem o público, em especial o público infantil a padrões de consumo incompatíveis com a saúde e que violem seu direito à alimentação adequada.

Ocorre que referida Resolução foi suspensa por decisão da 16ª Vara Federal de Brasília, em que se reputou ter a ANVISA extrapolado os limites de sua competência, já que inexistia legislação federal a respeito.

Não obstante, reputa-se importante a iniciativa da ANVISA com o objetivo de proteger a saúde do consumidor dos referidos produtos, devendo o Estado de São Paulo apoiar tal iniciativa, sem descuidar dos limites previstos na Constituição Federal, em especial a vedação aos Estados-membros de legislar sobre propaganda comercial (artigo 22).

Estando, porém, inserida a proteção à saúde no campo da competência comum (artigo 23), e em observância ao que dispõe os artigos 55 usque 60 do Código de Defesa do Consumidor, que atribui aos Estados e aos Municípios competência para, de modo concorrente, legislar sobre a proteção ao consumidor, submetemos a presente iniciativa ao beneplácito dos nobres pares.

Sala das Sessões, em 2/6/2011

a) Edmir Chedid - DEM

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Assembléia Legislativa de São Paulo (página de pesquisa):

http://www.al.sp.gov.br/spl_consultas/consultaDetalhesProposicao.do#inicio

Ementa - Dispõe sobre a rotulagem e informação dos alimentos com altos teores de açúcar, sódio e gorduras trans e saturadas comercializados no Estado.

Regime - Tramitação Ordinária

Indexação - ALIMENTO, ANVISA-AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, AÇÚCAR, GORDURA TRANS, INFORMAÇÃO, ROTULAGEM

Tramitação:

04/06/2011 - Publicado no Diário da Assembleia, página 16 em 04/06/2011

07/06/2011 - Pauta de 1ª sessão.

08/06/2011 - Pauta de 2ª sessão.

09/06/2011 - Pauta de 3ª sessão.

10/06/2011 - Pauta de 4ª sessão.

13/06/2011 - Pauta de 5ª sessão.

14/06/2011 - Distribuído: CCJR - Comissão de Constituição Justiça e Redação. CS - Comissão de Saúde. CFOP - Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento.

15/06/2011 - Entrada na Comissão de Constituição Justiça e Redação

20/06/2011 - Distribuído ao Deputado Fernando Capez

20/03/2012 - Recebido do relator, Deputado Fernando Capez, pela Comissão de Constituição Justiça e Redação, com voto favorável

28/03/2012 - Aprovado como parecer o voto do Deputado Fernando Capez, favorável